

A EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO INDÍGENA NA POLÍTICA BOLIVIANA: Tradição e Descontinuidade

Hélio José de Sousa Araújo*, Pilar Figueiredo Brasil**

*"No sólo podemos ser electores, sino elegidos, bien por
nosotros, empecemos por la diputación
para después llegar a la Presidencia de la República,
puesto que somos mayoría"* [1]

A cultura de participação de todos os cidadãos na política de seus respectivos países vem de uma tradição grega, que figura como uma das mais aceitas formas de organização política do mundo ocidental. A essa forma chamamos Democracia. Perceber a evolução da participação dos povos indígenas na esfera política boliviana é, em certo grau, perceber a evolução da democracia nesse país. Nesse sentido, a abordagem histórica serve como instrumento de análise para demonstrar tal evolução.

Considerando que a primeira participação indígena nas políticas bolivianas deu-se em fins do século XIX, o nosso estudo será pautado na evolução dessas participações a partir da época supracitada até a ascensão de Evo Morales como presidente da Bolívia. "O movimento indígena boliviano também alcançou uma posição central no cenário político nacional, fazendo confluir demandas das minorias étnicas junto a questões mais amplas da vida econômica e política nacional." (URQUIDI e TEIXERA, 2007).

As políticas indigenistas do século XIX

A partir da década de 1860, a indústria boliviana introduziu máquinas modernas a fim de aumentar a produtividade dos minérios, principalmente a prata. Em consequência o governo criou novos ramais de ferrovias para escoar a produção, o sistema de haciendas retomou sua dinâmica pelo fato de possuírem minérios em suas terras. A partir de 1880, a elite fundiária dominante deu o direito às comunidades a capacidade de compra de terras, possibilitando que o camponês índio livre recebesse um título de posse de *jure*, que lhe permitia comprar e vender terras. Isto levou ao período das novas haciendas, que por sua vez contribuíram significativamente para a migração urbana "o resultado foi a dissolução das normas sociais índias, a migração para as cidades e a expansão da

* Acadêmico de Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima, UFRR

** Acadêmica de Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima, UFRR

população chola (ou mestiça), rural e urbana.” (KLEIN,2002).

O sistema político boliviano da década de 1880 era frágil e de participação limitada tanto para eleitores quanto para eleitos, o qual tornava apto apenas 30 a 40 mil pessoas votarem.

“A elite preocupava-se em manter as massas indígenas fora da política e em negar-lhes acesso as armas ou a qualquer outro meio eficaz de protesto. Para manter a submissão dos índios, um instrumento indispensável foi o exercito, sobretudo após sua modernização e profissionalização, chamado continuamente para reprimir os periódicos levantes indígenas.”(KLEIN,2002).

Este sistema eleitoral e em seguida a preocupação em manter os indígenas fora da vida política transpareciam o “medo” das elites quanto a mobilização dos povos indígenas, pois estes representavam mais de 600 mil e, até então, não tinham sido consultados sobre o sistema político em seu país. Em 1899, os camponeses índios tiveram permissão para participar de um conflito político nacional, contudo, ao fim da intervenção os seus líderes foram executados antes que viessem a representar possível ameaça à repartição dos espólios da intervenção.

Os avanços da política indigenista no século XX

A década de 1920 foi das mais perturbadas tanto política como economicamente no período em recorte. Concessões duvidosas para empresas internacionais, crise econômica e guerra, esses são os elementos que conturbam essa década. Em 1921, o governo boliviano concedeu a empresários e à gigante Standard Oil of New Jersey de origem americana, várias concessões para a exploração do petróleo boliviano. Isso causou grande furor na opinião pública e na esquerda boliviana. Não obstante, a crise política, a Bolívia ao final dessa década sofreu também com a crise econômica que abalou o mundo inteiro, a crise de 1929. Os preços do estanho caíram de forma brusca, sendo o principal produto de exportação da Bolívia, o estanho levou consigo a fonte da receita governamental. A década de 1920, porém, trouxe consigo uma evolução no pensamento político boliviano, em 21 foi fundado o Partido Socialista Nacional, com um pequeno grupo de intelectuais e com pouco apoio dos trabalhadores(KLEIN,2002). A importância da criação deste partido para o nosso estudo, é que nele situa-se as primeiras discussões de temas não-tradicionais, um deles é a questão da servidão indígena, do reconhecimento legal dos governos das comunidades indígenas e

dos direitos do trabalho.

Vale a pena recordar algumas destas experiências do movimento indígena na política que, ao largo da vida republicana, adquiriram o caráter autonomista e, em outros casos, se atreveram a entrar na vida política. No ano de 1920, o Partido Republicano se empossava no poder, através de um golpe, Hernando Siles compunha tal partido, ele mais tarde seria o responsável pela criação do Partido Nacionalista, o qual lançou a proposta do voto qualificado e Manuel Chachawayna como candidato a deputado em 1927, não foi eleito. Chachawayna era um indígena aiamara, que sabia ler e escrever, além de ser conhecedor dos direitos dos cidadãos. Junto com Manuel veio a idéia de trocar as rotinas dos governos oligárquicos pela dos povos originários. Ele afirmava também que os povos originários deste país devem governar a si mesmos, ou seja, existia a vontade de participar ativamente da vida política depois de vários séculos privados deste direito (ALEJO, 2005).

A Guerra do Chaco foi um conflito armado entre a Bolívia e o Paraguai que se estendeu de 1932 a 1935. Originou-se pela disputa territorial da região do Chaco Boreal, tendo como uma das causas a descoberta de petróleo no sopé dos Andes. A importância deste conflito em nossos estudos está em umas das consequências geradas pela Guerra. Com o fim da guerra assistiu-se ao fim também do governo civil e dos partidos tradicionais políticos. As idéias que antes pertenciam a grupo restrito de radicais de esquerda tornaram-se decorrentes discussões de jovens conscientes e ex-combatentes. Essa foi a chamada *Geração do Chaco*, que dentre as questões trabalhistas, agrárias, de dependência econômica, também começaram a pensar as questões indígenas.

Em 1952, o Plano de Governo da Revolução Nacional: “ ha traído consigo la Reforma Agraria de 1953, el derecho universal al voto para todo habitante del país con mayoría de edad, incluidos los analfabetos, y el acceso masivo a la educación.”(ALEJO, 2005). Essa revolução já estava sendo gestada desde a *Geração do Chaco*, contou com o apoio de forças sociais e de outros partidos, e sobretudo do Movimento Nacionalista Revolucionário. Esta revolução foi de fundamental importância, pois provocou profundas mudanças na sociedade boliviana e concedeu participação política ao campesinato. Após o retorno à época democrática, em 1982, as mobilizações indígenas foram se enfraquecendo por diversos fatores, dentre eles a crise econômica. Entre 1993 e 1997, Victor Hugo Cárdenas, então presidente da Bolívia, fez uma tentativa de aumentar a participação dos povos indígenas na vida política do país, além de promover reformas sociais favorecedoras a eles, contudo não obteve grande expressividade nem respaldo.(ALEJO, 2005).

Participação indígena na seara política boliviana: o Ápice

Nas eleições presidenciais bolivianas de 2006, Evo Morales ficou em segundo lugar, colocação surpreendente face ao panorama político do país, dominado pelos partidos tradicionais. Nas eleições de Dezembro de 2005, porém, venceu com maioria absoluta, com o apoio político e financeiro do venezuelano Hugo Chávez para a sua campanha, tornando-se o primeiro presidente de origem indígena. [2] Assumiu o poder em 22 de Janeiro de 2006 como o primeiro mandatário boliviano a ser eleito Presidente da República, em primeiro turno, em mais de trinta anos. Pela primeira vez na Bolívia um indígena sobe ao poder mediante o voto popular por uma margem considerável sobre o segundo postulante. [3]

A posse de Evo Morales representou um momento histórico na política boliviana. Por ter sido o primeiro presidente eleito de origem indígena. Evo fez questão que a sua posse tivesse um forte simbolismo religioso representando o valor de sua origem. Morales é também líder do partido Movimento para o Socialismo (MAS em língua castelhana) - IPSP (Instrumento Político pela Soberania dos Povos). De origem ameríndia, da etnia aymará, é, junto com Felipe Quispe, um dos indígenas mais famosos da história atual do seu país. [4] Morales tem articulado a força-motriz por trás do MAS:

"O pior inimigo da humanidade é o capitalismo. Isso é o que provoca levantes como o nosso, uma rebelião contra o sistema, contra o modelo neoliberal, que é a representação de um capitalismo selvagem. Se o mundo inteiro não tomar conhecimento dessa realidade, que os estados nacionais não estão provendo nem mesmo o mínimo para a saúde, educação e o desenvolvimento, então a cada dia direitos humanos fundamentais estão sendo violados.(...) os princípios ideológicos da organização, anti-imperialista e contrária ao neoliberalismo, são claras e firmes mas seus membros ainda devem transformá-los em uma realidade programática." [5]

Percepções internas

Em dezembro de 2007, em meio a uma tensa situação política relacionada com o processo constituinte, Morales lançou a proposta de submeter-se, juntamente com todos os governadores, ao referendo revogatório, previsto pela constituição da Bolívia, que submete os ocupantes dos cargos à uma nova votação. Foi apoiado e legitimado pelo voto popular a assumir o cargo de presidente da

Bolívia. Isto demonstra o alto índice de aprovação e confiabilidade de seu governo, que não deixa de contar com quase 45% da população indígena lhe concedendo apoio[6].

Em dezembro passado, após 14 meses de um processo marcado por conflitos, interrupções e adiamentos, a Assembléia Constituinte aprovou o texto da nova Constituição do país. O presidente Evo Morales afirma que a nova Constituição é a oportunidade de permitir a inclusão, principalmente, dos setores indígenas que, segundo ele, foram excluídos nos 500 anos de história do país, desde a conquista espanhola. O texto, que deverá ainda ser aprovado artigo por artigo e referendado pela população, prevê, entre outros, a reeleição para toda autoridade eleita, estabelece um Estado plurinacional, que respeite as etnias e culturas, comunitário (mais poder para organizações sociais) e com autonomia das populações indígenas. O chefe de Estado garantiu que a nova Constituição será referendada e aprovada pelo povo boliviano, como previsto na legislação atual do país.

Percepções externas

O governo de Morales recebeu congratulações e apoio político da maioria dos Presidentes da região, e diversos líderes europeus. Desde o momento da sua vitória nas eleições presidenciais, Morales tem transformado radicalmente a agenda política internacional da Bolívia. As elites de descendência espanhola que governaram o país por 5 séculos seguiram no último século as diretrizes traçadas por Washington. Morales, em troca, prometeu descolonizar o país e devolvê-lo a seus legítimos donos - "[...] este é o fim do Apartheid [...], tem dito.

Evo tem gozado de apoio político de líderes da América do Sul e Caribe e aceitado antes de sua posse, em 22 de Janeiro, convites estendidos a ele por líderes de diversas nações da região e outras como Espanha, França e China.[7]

Nossas percepções

A Bolívia estaria então passando por uma fase de profunda transformação política e social, que diz respeito à participação dos povos indígenas na política. A forma ideológica com a qual está sendo feito este processo culmina com a eleição do Presidente Evo Morales, primeiro presidente de origem indígena, não só da Bolívia, mas também da América do Sul.

O interessante é que se coadunam os fatos de os povos indígenas sempre terem sido estratificados e excluídos de participação social e política durante toda a história da Bolívia, agora se inserindo no contexto político assumindo uma ideologia de origens externas (um pretensão socialismo) para extinguir seus problemas internos. Essas adaptações e o resgate do Bolivarianismo refletem a necessidade de um apego ideológico que dê legitimidade à luta por igualdade política que, em última instância, diz respeito a uma luta por igualdade social. O que pode ser perfeitamente percebido na frase de Evo em um momento de sua cerimônia de posse: "Nós, os pobres, temos o direito de governar a Bolívia, os indígenas pobres têm o direito de chegar à Presidência", afirmou Morales aos seus partidários, em um ritual indígena nas ruínas de Tiwanaku.

As políticas hodiernas de Morales podem ser vistas, de certo ponto, como uma forma de *políticas de restituição*, já que por muito tempo os povos indígenas foram vítimas de um processo político excludente. A historiadora Natally Dias afirma que:

“O movimento boliviano nasce da irresolução da questão indígena aymara, marginalizada na organização social centrada no sindicalismo mineiro (mestiço) desde a Revolução de 1952. De fortíssima conotação étnica, opõe-se ao próprio Estado nacional boliviano e questiona a democracia representativa que esconde a dominação “racial”, postulando a autonomia da nação aymara.” (DIAS, 2008)

O antropólogo boliviano Esteban Alejo confirma a posição de Natally Dias e acrescenta que:

“El gran reto de la democracia boliviana es resolver en el país (ahora o mañana) el reconocimiento real a los pueblos indígenas, sea mediante formas de autonomía o mediante una nueva forma de pacto social en la vida política del país. Un verdadero reconocimiento a los pueblos indígenas, significa partir de un diálogo intercultural, que podría reencauzar la crisis del país por una vía pacífica. Este es el reto de la democracia boliviana de hoy. Cualquier parche -como aquéllos a los que nos tiene acostumbrados la clase política del país- no es la verdadera solución. Sólo una profunda “democratización” que tenga el sentido de refundación del país podría conducirnos a una real convivencia intercultural en el país.” (ALEJO, 2005)

Portanto, a forma de governo do atual presidente boliviano, pautada em nacionalizações, políticas assistenciais, reforma agrária, entre outras, revelam caráter recompensatório, característico de políticas de restituição, aos povos indígenas vista a sua grande maioria populacional, capacidade de mobilização política e histórico de exclusão.

Referências Bibliográficas

Artigos:

ALEJO, Esteban Ticona. Pueblos indígenas y Estado boliviano. La larga historia de conflictos. Universidad de la Cordillera de la Paz, Bolivia, 2005.

DIAS, Natally Vieira. ENTRE A SELVA E AS ALTURAS: movimentos indígenas no México e na Bolívia ▪ In: Outros tempos. Volume 5, número 5, junho de 2008-Dossiê História da América.

KLEIN, Herbert S. “A Bolívia da Guerra do Pacífico à Guerra do Chaco, 1880-1932” In BETHELL, Leslie (org.). História da América Latina: de 1870 a 1930. Brasília/São Paulo: Edusp/FUNAG, 2002, volume V, p. 377-412.

LAZO, Jhonny. Corrientes políticas y pueblos indígenas en Bolivia. Disponível em: <http://www.bolpress.com/art.php?Cod=2008061010>. Acessado em: 19 de novembro de 2008.

URQUIDI, Vivian & TEIXEIRA, Vanessa & LANA, Eliana. Questão Indígena na América Latina: Direito Internacional, Novo Constitucionalismo e Organização dos Movimentos Indígenas. In: Cadernos PROLAM/USP (ano 8 - vol. 1 - 2008).

Websites:

Evo Morales disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Evo_Morales . Acessado em 29 de novembro de 2008 às 21h.

Instabilidade política na Bolívia: busca por autonomia da Região de Santa Cruz, por PET - iREL UnB. Disponível em: <http://mundorama.net/category/biblioteca/> . Acessado em 29 de

novembro de 2008 às 21h.

Evo Morales será homenageado por indígenas. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u91787.shtml>. Acessado em 29 de novembro de 2008 às 21h.

Pleito boliviano bate todos os recordes de participação no país. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u90941.shtml>. Acessado em 30 de novembro de 2008 às 19h.

Evo Morales chega a Havana e é recebido com honras por Fidel Castro. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u91044.shtml>. Acessado em 30 de novembro de 2008 às 20h.

[1] Frase atribuída a Manuel Chachawayna em edição do periódico La Razón de 1927. Citada no artigo: Pueblos indígenas y Estado boliviano. La larga historia de conflictos. Esteban Ticona Alejo. Universidad de la Cordillera de la Paz, Bolivia.

[2] Ver: “Evo Morales”. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Evo_Morales. Acessado em 29 de novembro de 2008 às 21h.

[3] Ver: “Instabilidade política na Bolívia: busca por autonomia da Região de Santa Cruz”, por PET - iREL UnB Disponível em: <http://mundorama.net/category/biblioteca/>. Acessado em 29 de novembro de 2008 às 21h.

[4] Ver: “Evo Morales será homenageado por indígenas”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u91787.shtml>. Acessado em 29 de novembro de 2008 às 21h.

[5] Ver Evo Morales disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Evo_Morales acessado em 29 de novembro de 2008 às 21h.

[6] Ver Pleito boliviano bate todos os recordes de participação no país. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u90941.shtml> acessado em 30 de novembro de 2008 às 19h.

[7] Ver: “Evo Morales chega a Havana e é recebido com honras por Fidel Castro” disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u91044.shtml> acessado em 30 de novembro de 2008 às 20h.